

[Online gambling](#)

Continuamos, hoje, a ser tão incapazes para escolher a escola dos nossos filhos e o respectivo projecto educativo, como o eram os nossos antepassados, há 100 anos?

A comemoração do Centenário da República permitiu a muitos portugueses revisitar a nossa História no século passado. A distância de 100 anos permite uma análise mais objectiva e menos apaixonada dos factos e da forma como as políticas então desenvolvidas se vieram a manifestar na sociedade actual. Importa, pois, tirar lições da História. Uma das medidas da Primeira República foi a da não consagração do direito de voto aos cidadãos analfabetos. Argumentava-se que a sua incapacidade em ler e escrever suprimia a sua capacidade para decidir em liberdade. Ou seja, a incapacidade de ler e escrever servia de argumento para retirar um direito político essencial em qualquer verdadeira democracia.

À distância de 100 anos, a análise histórica mostra-nos que a razão subjacente àquela limitação do direito de voto mais não foi do que um argumento, estrategicamente delineado, que permitisse diminuir o peso eleitoral do voto das zonas rurais, onde o analfabetismo era mais generalizado. Ou seja, esta medida política não foi mais do que uma *máscara* para iludir uma medida com objectivos antidemocráticos bem definidos.

Hoje, 100 anos depois, é, curiosamente, o mesmo argumento que vemos brandido como justificação para a não consagração do direito fundamental dos pais de escolherem a escola com o projecto educativo que entendem ser mais adequado para os seus filhos. Proclama-se, com a mesma arrogância da Primeira República, a incapacidade de grande parte das famílias portuguesas de fazer esta escolha. Argumenta-se que instituir essa possibilidade redundaria no agravamento da actual situação social, já que só algumas famílias estariam capazes de fazer uma escolha em liberdade.

O Estado, auto-legitimado por este argumento, mantém e acentua o domínio das escolas em Portugal e perpetua um sistema de escola oficial em que é o próprio Estado que, substituindo-se aos pais, se arroga o direito de escolher a escola e o projecto educativo para os nossos filhos, de acordo com critérios difusos e, muitas vezes, ideologicamente comprometidos.

Continuamos, hoje, a ser tão incapazes para escolher a escola dos nossos filhos e o respectivo projecto educativo, como o eram os nossos antepassados, há 100 anos, para escolher quem os governaria?

Ou será que o Estado mantém a mesma máscara antidemocrática?

Num Estado socialmente justo, o Estado cria instrumentos que ajudam todas as famílias a escolherem a escola dos filhos, disponibilizando informação clara e fácil e colocando serviço de aconselhamento aos pais. Optar por vedar o exercício do direito de educação em liberdade é passar um atestado de menoridade à nossa sociedade civil, tende a agravar e a perpetuar o fosso social.

Fórum

para a Liberdade de Educação (FLE)